

Educação Financeira: Como manter a saúde financeira após a separação

Ter alguém para dividir a vida de forma saudável é bom não só para o coração, mas também para o bolso, já que as contas passam a ser divididas. No entanto, o "felizes para sempre" pode chegar ao fim e, com isso, vem a difícil missão de se reorganizar financeiramente.

Rayssa Ferreira, de 31 anos, é coordenadora de marketing e foi casada por quase cinco anos. Durante a união, ela conta que, por um ano, ficou com 80% das despesas, porque tinha um salário maior do que o do ex-companheiro. Com o fim do relacionamento, ela saiu de casa e se viu em situação financeira difícil.

— Morávamos na casa que ele havia herdado da mãe. Quando nos casamos, ficamos com o que já tinha no imóvel. Então, quando terminamos, eu tive que sair em duas semanas. Ou seja, saí sem nada. Fiquei na casa dos meus pais por quase um mês e depois aluguei um apartamento. Tive um tempo muito curto para me reestruturar. Eu tinha uma reserva, que não foi suficiente, e recorri a um empréstimo que ainda pago. Aos poucos, estou me reorganizando — afirma Rayssa Ferreira.

O cenário já foi diferente para Jéssica Britto. A técnica de enfermagem foi casada por 25 anos e sempre teve uma divisão justa, enquanto esteve no relacionamento. Com o fim do casamento, o ex-companheiro, pai de suas filhas, precisou ficar na casa até se restabelecer financeiramente, já que estava desempregado. Agora, com a saída dele há seis meses, Jéssica tem a ajuda das filhas nas despesas.

— Não era o meu dinheiro ou o dele, era o nosso. Então, tudo era dividido. Nos períodos em que fiquei desempregada, ele sustentou a casa. Quando foi o contrário, fizemos da mesma forma. Na pandemia, quando já estávamos separados, ele ficou sem emprego, e eu precisei pagar todas as contas. Só que eu ganhava mais. Então, eu fazia as compras de mercado, por exemplo. Como agora ele foi para a casa dele, tenho dividido as despesas com minhas filhas, de 19 e 21 anos. Mas entendo que, quando elas não tiverem dinheiro, terei que ter — conta Jéssica.

A nova vida de recém-solteiro

Paula Sauer, economista, planejadora financeira e professora de Economia da ESPM explica que a organização precisa ser feita ainda durante o relacionamento, pois, em caso de separação, ninguém se prejudica.

— Se um ganha 20% a mais do que o outro, o mais adequado é que essa pessoa tenha uma responsabilidade financeira 20% maior. A divisão igualitária é quando o casal tem salários parecidos. É ver também o que cabe no orçamento e o que o não cabe. São análises que precisam ser feitas durante todo o tempo, com ou sem o relacionamento — afirma Paula.

Em alguns casos, a primeira escolha da pessoas é voltar para a casa dos pais até se reconstruírem financeiramente. Segundo a economista, a atitude deve ser bem pensada, já que até os familiares vão sofrer uma readaptação com o novo cenário.

— Em uma separação em que os filhos retornam para a casa dos pais, as pessoas são impactadas financeira e emocionalmente. É preciso pensar se cabe no orçamento dos pais recebê-los. Esses filhos são chamados de "boomerang". Em alguns casos, a aposentadoria desses pais é a única renda fixa da família. E, com a chegada de mais uma pessoa, as contas aumentam. Conflitos podem acontecer devido aos hábitos de cada um, às restrições e até a uma possível situação de escassez — pontua a economista.

Dicas para o bolso

É preciso fazer uma análise da nova situação financeira logo após a separação.

Reveja planejamentos de aposentadoria

Montar um planejamento de aposentadoria ainda casado é diferente. Com a separação, é preciso ver como fica o plano de previdência e o seguro de vida, por exemplo.

Contas básicas

Deve-se avaliar o que é possível manter do padrão de vida que se tinha quando casado e cortar logo o que for difícil de manter.

Bens na separação

Escolha o melhor momento de fazer a liquidação dos bens. Muitas vezes, as pessoas se separam em litígio e têm bens a dividir, mas como não querem estender muito a briga, acabam liquidando tudo, ou seja, vendendo o que têm com valores abaixo do mercado.

Investir em si próprio

Você pode até ter uma folga financeira com a separação. Se for o caso, é o momento de investir em si mesmo, na educação, em lazer, em fazer uma viagem ou um curso. Tudo isso é importante.

Fonte: G1, com adaptações

Forluz e Cemig Saúde prestam esclarecimentos sobre desconto de PSI / POD na folha de janeiro

A Forluz e a Cemig Saúde informam que na folha de pagamentos do mês corrente (janeiro) houve descontos indevidos nos planos de saúde e odontológico. Esse processamento atingiu cerca de 10% dos assistidos da Forluz, que serão também contactados via e-mail pela Fundação.

No dia 27 de janeiro, detectamos que diversos participantes assistidos com PSI receberam uma cobrança "a maior" e desde então as duas Entidades iniciaram uma minuciosa pesquisa para diagnóstico da ocorrência. Foi detectado que, ao invés da base de cálculo do PSI utilizar a tabela de INSS, foi aplicada uma referência de benefício de INSS hipotético.

Uma vez que a liquidação da folha de pagamentos já se encontrava nas instituições bancárias, a programação prevista para 30 de janeiro foi mantida, tal como discriminado nos contracheques.

A Forluz e a Cemig Saúde reafirmam que estão avaliando como será o processo de estorno da cobrança e o formato de realização do crédito. A solução que está sendo viabilizada buscará respeitar o menor tempo possível de conclusão e neutralidade de impactos tributários, bem como demais repercussões que qualquer receita e desconto em folha de pagamento possa ocasionar.

Os participantes serão prontamente informados por meio dos canais oficiais da Forluz e Cemig Saúde. Lamentamos os eventuais transtornos causados e nos comprometemos a corrigir os processos internos, para que todos os nossos participantes possam continuar contando com a segurança e assistência de sempre.

Ronalde Xavier Moreira Junior
Presidente da Forluz

Anderson Ferreira
Presidente da Cemig Saúde

Nova regra de marcação a mercado não é aplicável às fundações

Desde o dia 2 de janeiro de 2023, conforme previsto em norma específica do setor, os distribuidores de investimentos, tais como bancos e corretoras, passaram a disponibilizar para seus clientes os valores de mercado para as debêntures, CRIs, CRAs e títulos públicos federais (exceto

tesouro direto). Os títulos públicos negociados no Tesouro Direto já são submetidos a esse processo.

A marcação a mercado é a atualização diária do preço unitário (PU) de um título de renda fixa em função de vários fatores, como mudanças nas taxas de juros e nas condições de oferta e demanda pelo ativo, por exemplo. Essas atualizações podem variar tanto para baixo quanto para cima.

A marcação a mercado (MaM) na renda fixa é relevante para os investidores que desejam resgatar a aplicação antes do vencimento do título. Se o investidor mantiver esses títulos na carteira até o vencimento, irá receber exatamente a remuneração combinada na data da compra.

Os investidores podem se surpreender ao ver uma "queda" na carteira, em razão de uma eventual oscilação negativa. Mas é importante lembrar que a marcação a mercado vale só para negociações no mercado secundário, ou seja, antes do vencimento. Se você mantiver o título até a data de vencimento, vai receber exatamente a remuneração que foi combinada.

Para o segmento de Previdência Complementar entretanto, a legislação vigente é diferente. Seguimos o que determina a CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar) que prevê na Resolução nº37/2020 que o estoque atual das Entidades Fechadas de Previdência Complementar poderá continuar marcado na curva. Para as novas aquisições as fundações devem observar características do passivo do plano e também a data de vencimento dos títulos que serão adquiridos.

Portanto, para a Forluz não haverá impacto.

Fonte: [Forluz](#), em 30.01.2023.